

# O Jogo da Pertinência e da Impertinência: As Teorias do Sentido de Wittgenstein

Teresa Mendes Flores

## Sumário

Partindo dos conceitos de “pertinência” e “impertinência” de uma proposição, este texto examina o percurso seguido por Wittgenstein relativamente às teorias da linguagem, no quadro de uma reavaliação do papel da Filosofia como Filosofia da Linguagem (o famoso *linguistic turn*), para cuja viragem o autor contribui. Procura-se demonstrar a irrelevância da questão da pertinência no *Tratado Lógico-Filosófico* e o modo como esta questão se tornou elemento central no quadro das teorias do sentido defendidas em *Investigações Filosóficas*. Assim, apresentam-se as razões que levaram Wittgenstein a defender, na primeira obra, uma teoria representativista da linguagem (a que mais tarde veio a chamar “concepção agostiniana”) e as razões da sua refutação no âmbito da concepção pragmática posteriormente desenvolvida nas *Investigações Filosóficas*. Esta obra tornou-se decisiva para a defesa de que toda a compreensão se faz em uso e, necessariamente, em contexto e não por referência a uma linguagem unívoca ideal. E se aquilo que fundamenta o uso são as regras, estas cimentam-se no seu carácter de uso público. Por outro lado, neste texto interpreta-se a importância dada por Wittgenstein à Gramática, como instância de regras, de um ponto de vista dos usos que instaura. O que nos permitirá falar não de uma Gramática mas da sua pluralidade (uma vez que nela entram variados factores que determinam o jogo de Linguagem em que se está, em cada momento).

## Introdução

Não existe em *Investigações Filosóficas* (P.U.)<sup>1</sup> do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein nenhuma secção ou conjunto de secções que aborde directamente o conceito que motivou este trabalho: o conceito de pertinência. Pelo que corremos o risco de suscitar um problema impertinente à luz das teses defendidas por Wittgenstein.

A nossa crença, porém, é a de que o problema da pertinência faz sentido, de facto, apenas no quadro das teses concordantes com a Teoria do Sentido defendida nas P.U.. Aí parece-nos de todo relevante perguntar o que é que nos faz dizer que uma determinada expressão é pertinente ou impertinente. O mesmo será indagar, numa formulação talvez mais próxima de Wittgenstein, o que nos leva a considerar que uma dada expressão tem sentido ou não tem sentido. Ou melhor, como é que podemos saber em que sentido um determinado termo está efectivamente a ser usado? Quanto ao sentido das proposições da nossa linguagem natural, como podemos ter a certeza que: 1) estamos a dizer o que realmente queremos dizer; e 2) compreendemos, sem margem para dúvidas, o que o nosso interlocutor nos quer dizer?

A consideração de um conceito como o de pertinência, com o seu correspondente negativo - a impertinência - implica aceitar automaticamente que: 1) Não existe um sentido fixo, determinado de uma vez por todas; 2) Como tal, o mesmo símbolo pode significar coisas diferentes em situações de uso diferentes (os signos da linguagem natural são plurisignificantes); 3) Logo, o contexto de uso determina a pertinência, pelo que não é possível reduzir a linguagem a um conjunto de elementos simples de carácter lógico, cuja necessidade seria absoluta e essencial.

O mesmo é dizer, como pretendemos clarificar, que o conceito de pertinência está fora dos limites do sentido definidos no primeiro tra-

---

<sup>1</sup>Wittgenstein, Ludwig, *Tratado Lógico-Filosófico e Investigações Filosóficas*, Lisboa, 1987, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Trad. Portuguesa de M.S. Lourenço; 1ª Edição bilingue; No entanto, para seguir a norma comum a alguns estudiosos de Wittgenstein, referir-nos-emos muitas vezes a esta obra através das iniciais P.U. do título original alemão *Philosophische Untersuchungen* (1953). Quanto ao *Tratado Lógico-Filosófico*, referir-nos-emos através das iniciais L.-P.A. do título original alemão *Logisch-Philosophische Abhandlung* (1922). A indicação das páginas refere-se à edição portuguesa.

balho filosófico de Wittgenstein, o *Tratado Lógico-Filosófico* (L.-P.A.), porque aí nenhuma das premissas anteriores é considerada válida.

Mas comecemos por indicar em que sentido pretendemos usar o conceito em causa: podemos entender “pertinência” um pouco na mesma direcção em que os ingleses empregam o termo “relevance”. Ou seja, de um conjunto mais ou menos extenso de significados possíveis de um termo, estamos a usá-lo com uma determinada relevância segundo um critério contextual no qual entram vários factores (um deles a própria gramática da Língua que usamos, que nos permite indicar se estamos a entender um determinado termo como um substantivo ou como um adjectivo, por exemplo; mas, onde podemos também considerar factores para e extra linguísticos, como o tom de voz, o lugar físico onde estão os interlocutores, os olhares ou os gestos, etc.); estes factores constituirão as “pistas” que nos indicam em que pertinência o termo está a ser usado. Mas, sem descorar este uso do termo “pertinência”, e de certa forma de acordo com ele, dizemos que uma expressão é pertinente quando ela “vem a propósito” ou “está conforme” relativamente aos usos admitidos para essa expressão. Se o uso da expressão foi correcto relativamente a certas regras que ambos os interlocutores aceitam e, em princípio conhecem, falamos em pertinência.

A pertinência ou impertinência só é definível no quadro daquilo que Wittgenstein denomina *o jogo de linguagem* e que constitui a tese central das *Investigações Filosóficas* e da Teoria do Sentido aí elaborada.

Neste texto vamos pois, procurar dar conta das razões que fazem com que a questão da pertinência só exista como tal, ainda que implicitamente, nas teses finais de Wittgenstein e que motivos terá o filósofo encontrado para refutar a sua posição anterior. Porque substituiu o modelo representativista do funcionamento da linguagem por um modelo pragmático? Em que é que este último é melhor para nos dar conta das questões do sentido, da interpretação ou da compreensão (de quê? da pertinência?)? Dar-nos-à este modelo uma imagem mais fiel do funcionamento da nossa linguagem?

Assim, na primeira parte do trabalho examinaremos de perto o modelo representativista que mais tarde Wittgenstein viria a denominar por “*concepção agostiniana da linguagem*”<sup>2</sup> e que tem por base uma concepção atomista da realidade a cuja referência a linguagem está obri-

---

<sup>2</sup> Cf. P.U., p.171

gada. O nosso intuito é o de mostrar que, no quadro estrito dos limites estabelecidos para o sentido, a interrogação “qual a pertinência de uma proposição?” não faz sentido.

De seguida, e acompanhando o percurso do filósofo, damos conta das inconsistências que foi encontrando e que tornaram insustentável aquele modelo explicativo do sentido. Discutem-se, portanto, aquelas que julgamos serem as principais mudanças de ponto de vista de L.-P.A. para P.U..

Depois de pôr em causa os alicerces da “concepção agostiniana” do funcionamento da linguagem, dedicámo-nos a seguir alguns dos argumentos de Wittgenstein a favor da concepção pragmática e considerá-mos central, apenas por interesse do nosso trabalho, levantar a questão da compreensão por nos parecer que compreender é sempre compreender uma dada pertinência.

## Parte I

### O Modelo Representativista da Linguagem

#### Os Objectivos do Tratado Lógico-Filosófico

Em 1918 Wittgenstein publicava o *Logisch-Philosophische Abhandlung* com o qual pretendeu dissolver os problemas filosóficos tradicionais e demonstrar que eram desprovidos de sentido, que eram não mais do que aparências de problemas causados pela incompreensão do funcionamento da linguagem<sup>3</sup>. Ao colocar a causa dos nossos erros na incompreensão da linguagem Wittgenstein contribuía, decisivamente, para a *viragem linguística* das preocupações filosóficas até aí centradas nos problemas e limites da razão cognoscente. Wittgenstein propõe uma Filosofia da Linguagem, entendida, nesta fase, como *sprachkritik*, capaz de desvendar o modo como a linguagem “enreda” o nosso pensamento. A Lógica parece-lhe então o único caminho seguro para tal crítica.

Nesta perspectiva, o filósofo é essencialmente um Lógico. Não cabe ao filósofo acrescentar novo material cognitivo, elaborar um corpo de conhecimentos inovador, mas sim descrever os funcionamentos logicamente correctos das proposições e descobrir os casos em que, pela

<sup>3</sup> Cf. L.-P.A., §§4.111; 4.112; 4.113; 4.114; 4.115.

análise lógica da linguagem, tal validade não pode ser concedida. Por isso, demarcando-se da concepção filosófica tradicional, afirma em L.-P.A., §4. 112 que “*a filosofia não é uma doutrina, mas uma actividade*” e que o objectivo do filósofo é “*a clarificação dos pensamentos*”, não a elaboração de “*proposições filosóficas*”. A filosofia não pode, por isso, situar-se ao mesmo nível das ciências naturais, mas um pouco acima ou abaixo destas porque ela não é uma ciência<sup>4</sup>.

1. Os problemas filosóficos e científicos são, então, encarados do ponto de vista da linguagem. Na esteira de Bertrand Russel, Wittgenstein considera que a linguagem natural reveste o pensamento de uma neblina densa, uma lógica aparente e superficial que está na origem das nossas confusões conceptuais. Baseia, então, o seu trabalho na ideia de que existe uma forma lógica real, pura, que está subjacente à forma exterior e confusa da expressão. Esta forma lógica constituiria uma espécie de estrutura do pensamento, permitindo uma arrumação estritamente lógica dos sinais da expressão que na linguagem natural são usados de forma inconsciente e, muitas vezes, errónea.

O objectivo do filósofo é eliminar as indeterminações de sentido próprias à linguagem comum, onde é frequente o mesmo símbolo referir diferentes sentidos, ou onde o mesmo sentido é representado por símbolos diferentes. Wittgenstein procura assegurar no *Tratado Lógico-Filosófico* as condições para um simbolismo perfeito, o que equivale a assegurar a univocidade dos significados<sup>5</sup>. O mesmo é dizer que equivale a constituir uma linguagem ideal, à qual se terão que reportar todos os usos da linguagem natural para assim aferir da sua validade ou invalidade formal, isto é, do seu sentido ou não sentido.

O trabalho do filósofo é, então, garantir o predomínio da lógica do pensamento sobre os sinais da expressão, garantindo-lhes um funcionamento bem determinado. O Lógico, utilizando como ferramenta a notação lógica característica da linguagem ideal, deve ser capaz de transformar as frases da linguagem comum em proposições formais as quais reflectirão a lógica que lhes subjaz, nos casos em que aquelas frases são válidas. Com isto, Wittgenstein procura assegurar ao pensamento um

---

<sup>4</sup>Cf. L.-P.A., §4.111

<sup>5</sup> Projecto semelhante ao de Bertrand Russel. Cf. Introdução a L.-P.A., p. 2

domínio consciente da linguagem e da produção de sentido, ao mesmo tempo que clarifica os nossos pensamentos.

Mas como é que, a partir de uma notação lógica se consegue aferir o sentido de uma proposição se esta, em princípio, se refere ao mundo? Não é a lógica uma instância à priori, cujos raciocínios obedecem a uma estrita necessidade e não podem, por isso, considerar a contingência do mundo empírico?

### **Linguagem, Pensamento e Mundo**

1. A resposta a estas questões conflui no modelo representativista da linguagem, caracterizado pela relação de equivalência entre as palavras e as coisas. Situa-se a origem do sentido nas relações de designação estabelecidas entre um nome e um objecto e é nessa unidade lógica que Wittgenstein vai encontrar a explicação para tal referencialidade. Como nós não podemos conceber uma exterioridade da Lógica, isso leva-nos a crer que existe um isomorfismo entre linguagem, pensamento e mundo. Esse é, digamos, o grande pressuposto das teses de L.-P.A.. A gramática da linguagem lógica ideal, que se expressa através da notação lógica, obedece à “sintaxe” lógica das coisas no mundo. É a capacidade de figurar as coisas do mundo que funda a própria linguagem e o seu sentido. O sentido das expressões é definido como uma determinada organização de termos susceptíveis de representar algo não linguístico (o mundo) e na medida em que esses termos, de facto, o referem.

Vemos pois, que a função essencial da linguagem, em L.-P.A., é a representação do mundo. Esta função representativa é garantida pela unidade lógica que constitui tudo o que existe. De tal forma que tudo o que existe, se existe, é porque obedece a essa unidade formal que se revela nas leis da Lógica. É essa unidade formal que nos permite perceber como é que a notação lógica pode estar ligada, através da proposição, ao mundo: é porque a notação lógica de alguma forma traduz a lógica do mundo.

A Lógica é uma instância totalmente a priori, e os limites da Lógica são os limites do que é pensável, dizível e existente.

Para reforçar esta ideia, Wittgenstein diz mesmo em L.-P.A., §5.123 que *“Se um Deus cria um mundo em que certas proposições são verdadeiras, então ele cria simultaneamente um mundo no qual todas as*

*proposições que delas se seguem são verdadeiras. E do mesmo modo, ele não poderia criar um mundo em que a proposição “P” é verdadeira sem ter criado todos os seus objectos*”, isto porque se não criasse os objectos que a verificam ela tornar-se-ia falsa e não verdadeira. E se todas as proposições que dela derivem não fossem igualmente verdadeiras, então, ela também não poderia ser verdadeira, de onde resulta que teria de ser falsa, o que atesta a impossibilidade de criar uma proposição verdadeira da qual se sigam proposições falsas. Ou seja, se um Deus quiser que uma qualquer proposição seja verdadeira tem que criar o mundo de acordo com ela <sup>6</sup>. De onde decorre que a lógica é inescapável até para os Deuses. Ela é então, um imperativo que constitui a “armação” do Mundo, do Pensamento e da Linguagem. É a Lógica que assegura a possibilidade do pensamento representar o mundo através da linguagem. Se não existisse nenhum ponto de contacto tal relação de representação seria uma quimera, uma ilusão completa, tornando o pensamento vazio de qualquer sentido.

Isto porque neste modelo semântico o sentido advém justamente desta relação de denotação entre linguagem e mundo; advém da capacidade inerente à proposição de figurar a mesma forma lógica existente entre os objectos do mundo. Uma proposição, para ser verdadeira, deve expressar as mesmas relações entre os seus elementos que aquelas que existem entre os objectos representados. É esta capacidade de figurar, de representar através da linguagem, que constitui a essência do pensamento.

E como funciona esta continuidade entre as palavras e as coisas?

2. Wittgenstein descreve as relações entre o pensamento e o mundo a partir de um modelo projectivo, segundo o qual uma proposição é uma imagem lógica do mundo: “*A proposição é uma imagem lógica da realidade (...) é um modelo da realidade tal como nós a pensamos*” <sup>7</sup>.

A relação entre linguagem e mundo não é do tipo reflexivo, tendo por analogia o espelho, mas do tipo projectivo, tendo por analogia a Geometria. A linguagem não espelha o mundo; ela encerra em si uma determinada lei projectiva, que é a lei da sua forma de representação. A imagem daqui resultante não é uma imagem invertida, decalcada (o

<sup>6</sup> Cf. L.-P.A., §3.031., p. 39

<sup>7</sup> Cf. L.-P.A., §4.01., p. 53

reflexo num espelho), e de segundo grau, mas uma imagem das relações lógicas entre os elementos dos objectos representados. As relações entre os elementos da imagem projectiva são as mesmas que as relações entre os elementos das coisas representadas, por isso, a imagem é um modelo da realidade<sup>8</sup>. Das diferenças entre os seus elementos podemos inferir as diferenças entre os elementos da realidade.

A conexão entre a imagem (proposição) e o mundo estabelece-se porque a forma lógica é comum: “*O que cada imagem, qualquer que seja a sua forma, tem que ter em comum com a realidade para a poder de todo representar pictorialmente - correcta ou incorrectamente - é a forma lógica, isto é, a forma da realidade*”<sup>9</sup>. Por isso, se chama *imagem lógica* à forma de representação pictórica para além da matéria da expressão sensorialmente perceptível que ela assuma: “*cada imagem é também uma imagem lógica*”<sup>10</sup>, mas, nem todas, salienta Wittgenstein, são, por exemplo, imagens espaciais, como uma pintura, ou sonoras, como uma partitura musical. Todas as representações, quaisquer que sejam as suas matérias da expressão (o seu significante, se quisermos) são uma imagem lógica pois, só assim, se pode dizer que estão em conexão com a realidade<sup>11</sup>. Só “*a imagem lógica pode representar pictoricamente o mundo*”<sup>12</sup>. Mas atenção, o conceito de imagem lógica indica precisamente que não estamos a tratar dos conteúdos materiais. Uma imagem lógica é um pressuposto de tudo o que se pode dizer, mas não se confunde com o que é dito. A Lógica é transcendental<sup>13</sup>. Ela é uma *imagem projectiva* do mundo, é necessária e universal, mas em Lógica estes conceitos não significam causalidade ou aplicabilidade a todos os casos; significam, pelo contrário, uma essencialidade intrínseca às relações expressas pelas leis lógicas, justificável através de demonstrações tautológicas: “*Uma proposição não universalizada pode ser tautológica, tal como pode uma proposição universalizada*”<sup>14</sup>. O processo lógico é tautológico e, sendo condição de validade formal da nossa compreensão do mundo, nada explica sobre as suas pró-

<sup>8</sup> Cf. L.-P.A., §§2.12; 2.13; 2.13 L; 2.14, p. 35

<sup>9</sup> Cf. L.-P.A., §2.18., p. 35

<sup>10</sup> Cf. L.-P.A., §2.182., p. 37

<sup>11</sup> Cf. L.-P.A., §§2.151; 2.1511, p. 35

<sup>12</sup> Cf. L.-P.A., §2.19., p. 37

<sup>13</sup> Cf. L.-P.A., §6.13., p. 128

<sup>14</sup> Cf. L.-P.A., §6.1231., p. 124



prias leis (revela-as), e muito menos sobre as leis da natureza. Estará para o mundo na mesma relação em que a Matemática ou a Geometria estão para a Física ou para a Mecânica. Isto faz parte da ideia que atrás avançámos de que a Filosofia não é uma ciência da natureza.

Assim se compreende que a propósito do problema do solipsismo, que não cabe aqui abordar, Wittgenstein diga: “*Tudo o que vemos podia ser diferente do que é. Tudo o que de todo podemos descrever podia ser diferente do que é. Não existe uma ordem à priori das coisas*”<sup>15</sup>. Daí que: “*O mundo é o meu mundo*”<sup>16</sup>, porque o meu mundo são “*os limites da minha linguagem*”<sup>17</sup>.

Assim, mesmo sendo o mundo exterior à minha linguagem ele cabe na minha linguagem e é nessa medida que me cabe concebê-lo como mundo. Porque, como vimos, não existe exterioridade à linguagem.

Mas, se tudo poderia ser diferente e se o mundo enquanto tal não depende da linguagem, não porá esta ideia em causa a concepção representativista da linguagem? Não. Ao que parece ela é a razão mesma de se defender um isomorfismo entre o pensamento e o mundo. A linguagem não é o limite do mundo, mas sim do nosso conhecimento do mundo, o qual também só é possível dada a uniformidade lógica entre essas duas realidades. O que está aqui em causa não é a explicação dos fenómenos do mundo, mas as possibilidades da sua representação, e é a este nível que se considera a equivalência das formas associativas e que cabe a tese da imagem lógica como imagem projectiva. A realidade aparece pois, como uma realidade referida: “*As proposições da lógica descrevem as traves-mestras do Mundo, ou melhor ainda, representam-nas. Não “tratam” de nada. Pressupõem que os nomes têm uma denotação e as proposições elementares um sentido - e é esta a sua ligação com o mundo. Que certas ligações de símbolos (...) são tautologias tem que revelar, claro, alguma coisa acerca do mundo*”<sup>18</sup> – isto é, tem que revelar a forma lógica do mundo, caso contrário ele escapar-nos-ia por completo. Quanto ao sentido, que não é propriamente o objecto da Lógica, ele surge como resultado dessas articulações.

No entanto, para validar a sua teoria representativista Wittgenstein

<sup>15</sup>Cf. L.-P.A., §5.634., p. 116

<sup>16</sup> Cf. L.-P.A., §5.641., p. 117

<sup>17</sup>Cf. L.-P.A., §5.6, p. 114

<sup>18</sup> Cf. L.-P.A., §6.124., p. 125

não podia deixar de elaborar uma concepção acerca daquilo que é suposto ser representado na linguagem, sem o que esta seria uma formulação no vazio.

### A Organização Atómica da Realidade

1. A concepção Wittgensteiniana de realidade, que ocupa toda a primeira secção do *Tratado Lógico-Filosófico*, segue a organização lógica que este filósofo encontra na linguagem. O que é evidente já que, como vimos, existe um isomorfismo entre linguagem e mundo.

Esta organização segue um princípio atomista, razão pela qual se apelidou o primeiro Wittgenstein de “atomista lógico”. Um princípio que era também partilhado por outros representantes da Filosofia Analítica, tais como Frege e Russell.

Segundo o atomismo lógico, nesta formulação de Wittgenstein, a realidade é constituída pela articulação de elementos absolutamente simples, os átomos, assim chamados por serem indivisíveis e inalisáveis. Para o filósofo os elementos atómicos da realidade são os objectos para além dos quais mais nada pode ser dito ou pensado. Eles são o que há de “firme” e “substancial” no mundo<sup>19</sup>. Para além do seu significado lógico, a noção de objecto, provavelmente apesar da contestação de Wittgenstein, tem um certo aspecto metafísico. Os objectos são considerados indefiníveis em si, susceptíveis apenas de serem assinalados na linguagem através de nomes. Em si, eles são absolutamente “*simples e incolores*”.

Este aspecto indefinível indica que nenhum objecto é concebível fora de um estado de coisas, o qual é definido como uma dada configuração de objectos<sup>20</sup>. Só estas configurações ou articulações de objectos são representáveis na linguagem. Um estado de coisas revela uma possibilidade lógica (caso contrário não poderia existir) e o conjunto de todos os estados de coisas, independentemente da sua forma existencial, são a realidade.

Como entidades relacionais, os estados de coisas constituem uma espécie de espaço lógico: a ocorrência de factos no espaço lógico constitui o mundo que existe. Os estados de coisas são independentes uns

<sup>19</sup> Cf. L.-P.A., §§2.0271; 2.0272., p. 33

<sup>20</sup> Cf. L.-P.A., §2.01., p. 30

dos outros (não se podem inferir uns dos outros), possuem uma estrutura relacional própria e , ao mesmo tempo, revelam a multiplicidade lógica que constitui o mundo. Diz Wittgenstein que “*o modo e a maneira como os objectos estão em conexão num estado de coisas, é a estrutura do estado de coisas*” e “*a forma (lógica) é a possibilidade da estrutura*”<sup>21</sup>, o que significa que se um estado de coisas se verifica é porque ele é possível e de alguma maneira a articulação de objectos que ele é, já estava pré-concebida na Lógica.

Se a multiplicidade lógica e a mutabilidade, ou seja, a abertura às possibilidades, são características dos estados de coisas, os seus elementos, os objectos, são fixos e determinados de uma vez por todas. Eles são firmes porque todas as possibilidades de ocorrência em estados de coisas estão já à-priori em si próprios, caso contrário não poderiam ser entidades substanciais. Dizer que nenhum objecto pode ser pensado fora de uma determinada conexão com outros é dizer que só os podemos pensar *em situação*, integrados num estado de coisas. Daí que todas as suas características resultem das suas possibilidades de ocorrência em estados de coisas. Por isso, Wittgenstein afirma que “*se conheço um objecto conheço todas as possibilidades de ocorrência em estados de coisas*”<sup>22</sup> e todas estas possibilidades são a definição completa do objecto: “*A possibilidade de ocorrência em estados de coisas é a forma do objecto*”<sup>23</sup>. Todas as formas que caracterizam um objecto (espaço, tempo, cor, forma lógica), são essas possibilidades, as quais são já dadas no próprio objecto<sup>24</sup>. Se assim não fosse a sua conexão com outros objectos seria aleatória, não caracterizadora do objecto e este teria de ser mutável abrindo lugar ao ilógico.

Em suma, um objecto como tal só pode ser nomeado. Para dizer algo acerca dele é impossível abstraí-lo de um estado de coisas, da mesma forma que em Geometria é impossível conceber uma figura que contradiga as leis do espaço ou definir as coordenadas de um ponto que não exista.

Este aspecto infável do objecto parte, justamente, da notação lógica que guia Wittgenstein. Por exemplo, admite-se que objectos dife-

<sup>21</sup> Cf. L.-P.A., §§2.032; 2.033., p. 34

<sup>22</sup> Cf. L.-P.A., §2.0123., p. 31

<sup>23</sup> Cf. L.-P.A., §2.0141., p. 32

<sup>24</sup> Cf. L.-P.A., §2.0251., p. 33

rentes possuam a mesma forma lógica já que verificam o mesmo tipo de proposições, o que é um dado decorrente da notação lógica. Se não considerarmos as suas características exteriores estes objectos são indistinguíveis em termos lógicos, o que não nos autoriza a dizer que são um e o mesmo porque, de facto, são diferentes. Por isso, também se lhes atribuíram nomes diferentes<sup>25</sup>.

Na realidade, em Lógica, só os estados de coisas são descritíveis porque só eles são representáveis por proposições. Afirmar “X é um objecto” não tem qualquer sentido porque os objectos só dão lugar a expressões com sentido quando representados em conexão com outros elementos. Nestas condições, a expressão “objecto” não pode ser substituída por nenhuma variável. O mesmo já não se passa em “X é um objecto vermelho” ou, no clássico, “X é homem”, onde as funções de verdade podem ser encontradas. Isto é, a proposição com sentido tem que ter uma *referência*, representar uma dada situação no mundo, isto é, um estado de coisas ou combinações de estados de coisas, para que, de facto, seja uma imagem lógica de algo.

2. Sem o cálculo do valor de verdade, isto é, sem que as variáveis proposicionais que constituem uma dada proposição sejam especificadas, uma proposição não passa de um modelo susceptível de medir a realidade (“*uma régua aposta à realidade*”<sup>26</sup>), mas ainda não dotada de sentido. Isto implica que “*na proposição não está ainda contido o seu sentido, mas a possibilidade de o exprimir (...) Na proposição está contida a forma mas não o conteúdo do seu sentido*”<sup>27</sup>. Ora, a referência (o conteúdo descritivo) é aquilo que Wittgenstein entende como o conteúdo do sentido das proposições. Sem referência não há sentido, atendendo ao modelo projectivo que atrás descrevemos. O cálculo do valor de verdade (que equivale a essa atribuição de conteúdo) é essencial para que se efective a relação Linguagem/Mundo, sem a qual as proposições não têm valor.

Um conjunto de nomes, por si só, não constitui qualquer sentido, embora cada nome tenha um objecto denotado (um significado). O elemento simples que na linguagem representa o elemento simples da re-

<sup>25</sup> Cf. L.-P.A., §§2.0233; 2.02331., p. 33

<sup>26</sup> Cf. L.-P.A., §2.1512., p. 35

<sup>27</sup> Cf. L.-P.A., §3.13., p. 40

alidade, é o nome do objecto ou “sinal simples”. A introdução deste “sinal simples” na linguagem é feita por ostensão (nos casos exemplares: apontar para uma mesa ou cadeira e dizer, respectivamente, “mesa” e “cadeira”), ou através de definições (quando não é possível apontar). Porque os nomes são simples para os compreender é preciso explicá-los por um destes métodos. No entanto, uma proposição não necessita de ser explicada, “*com ela fazemo-nos entender*”, ela cria um “*sentido novo com expressões velhas*”<sup>28</sup>. Basta compreender os elementos e a sua articulação para apreender o sentido da proposição e conhecer “*a situação por ela representada*”<sup>29</sup>. Apreender um sentido é pois, um processo entendido como uma espécie de cálculo.

3. Apesar da complexidade da linguagem e do mundo, este modelo semântico prima pela simplicidade: “*Um nome está em vez de uma coisa, um outro em vez de outra e entre si eles estão ligados. Assim, o todo apresenta os estados de coisas como uma imagem viva*”<sup>30</sup>. Só uma articulação lógica é capaz de gerar sentido. Às articulações mínimas, constituídas pelo modo e maneiras como os seus elementos, os sinais simples, se relacionam entre si, Wittgenstein chama “sinais proposicionais”, que só podem exprimir factos pois só estes são articulações. Estas articulações só adquirem sentido nas expressões (ou símbolos) que são a parte mínima com sentido de uma proposição. Estas expressões apresentam-se sensorialmente através dos sinais e das incógnitas (as variáveis proposicionais). A variável proposicional só tem denotação na proposição e cada variável que constitui uma proposição é uma variável proposicional<sup>31</sup>. As expressões são também o elemento constante das proposições e definem o seu tipo. O número e forma de articulação das expressões definem a complexidade de uma proposição. Uma proposição complexa representa uma combinação de estados de coisas ou factos e é decomponível em proposições elementares (as expressões) as quais exprimem os estados de coisas ou articulações entre objectos, representados na proposição pelos seus nomes. As proposições elementares são os argumentos de verdade das proposições complexas e estas,

<sup>28</sup> Cf. L.-P.A., §§4.026; 4.027., p. 57

<sup>29</sup> Cf. L.-P.A., §4.021, p. 55

<sup>30</sup> Cf. L.-P.A., §4.0311., p. 57

<sup>31</sup> Cf. L.-P.A., §3.314., p. 45

funções de verdade daquelas. Uma proposição está completamente analisada quando encontramos os seus elementos mínimos. A organização atômica da linguagem expressa, então, a organização atômica da realidade.

Assim, a combinatória lógica permitida à estrutura funcional das proposições corresponde exactamente às arrumações e combinações de estados de coisas possíveis na realidade. De onde decorre que qualquer facto possível no mundo é representável por uma dada proposição. Logo, cada proposição define uma determinada posição num espaço lógico no qual têm lugar, por definição, todos os factos .

### **A Coincidência Entre as Ordens do Possível e do Pensável**

1. Mas então, não poderemos imaginar o que não existe, afirmar aquilo que é falso ou expressarmo-nos de forma equívoca? Estará a possibilidade de errar e de nos enganarmos ou sermos pouco claros, *fora* da Lógica?

De certa forma, estas questões são semelhantes à questão de saber se é possível pensar “o que não é o caso”, uma questão recorrente em Wittgenstein. O que é certo é que o filósofo começa o *Tratado Lógico-Filosófico* com a afirmação: “*O Mundo é tudo o que é o caso*”. Mas, o que é “tudo o que é o caso”? A resposta parece ser: tudo o que é logicamente concebível. Tudo o que formos capazes de pensar tem de ter alguma existência lógica, caso contrário não o teríamos pensado. Wittgenstein afirma claramente que “*o pensamento contém a possibilidade da situação que ele pensa. O que é pensável é também possível*”<sup>32</sup>, já que “*não podemos pensar nada ilógico, porque senão teríamos que pensar illogicamente*”<sup>33</sup>.

Ora, o que é possível é-o no espaço lógico que o mundo é. Por isso, até a maior e mais estranha obra da imaginação representa um estado de coisas possível. Outra coisa diferente é a existência factual dessa articulação de objectos. Nem todos os estados de coisas são factos no Mundo, o que nos permite conceber um nível não factual e não mate-

<sup>32</sup> Cf. L.-P.A., §3.02, p.39

<sup>33</sup> Cf. L.-P.A., §3.03, p.39

rial da realidade, aí integrando a experiência vulgar que todos temos de “pensar o que não é o caso”<sup>34</sup>.

“A realidade total é o mundo”, diz o filósofo, nela “incluimos a existência e a não existência de estados de coisas”<sup>35</sup>. Wittgenstein admite chamar à existência de estados de coisas “*factos positivos*” e à não existência “*factos negativos*”<sup>36</sup>. Neste modelo semântico, os “*factos negativos*” têm a mesma capacidade dos factos propriamente ditos, de serem representados em proposições, i.e., são susceptíveis de se constituírem em referentes de proposições. Daí que possamos referi-los na linguagem e construir proposições com sentido acerca deles. Proposições que exprimem o seu valor lógico. A representabilidade não depende pois, do estatuto existencial do estado de coisas. O que acontece é que, pelo menos nos casos exemplares, as proposições que descrevem estados de coisas existentes são verdadeiras e as que descrevem “*factos negativos*” são falsas. De onde resulta, para respondermos às nossas questões, que podemos compreender proposições falsas e que a falsidade faz tanto parte da Lógica como a verdade. A linguagem lógica é o cálculo das funções de verdade das proposições bem formadas. Como vimos, só assim, as proposições adquirem sentido. Nenhuma proposição é verdadeira à-priori, o que quer dizer que precisa sempre de ser verificada através de comparações com a realidade: “*Para reconhecer se a imagem (proposição) é verdadeira ou falsa, temos que compará-la com a realidade*”<sup>37</sup>. Da mesma forma que “*nenhum pensamento é correcto à-priori*”<sup>38</sup>. Pressupôr a existência de um pensamento correcto, independente da verificação na experiência, embora aqui não num sentido empiricista, seria recusar a possibilidade de errar e assumir uma infalibilidade contrasensual.

Para Wittgenstein uma proposição é falsa por não concordar com os factos mas, em termos lógicos, poderia ser verdadeira uma vez que corresponde a um estado de coisas possível. Quando não existe qualquer correspondência com estados de coisas, então, a expressão não tem sentido, o que é um caso diferente da simples falsidade. A característica

<sup>34</sup> É essa a nossa interpretação dos parágrafos 2.04 a 2.063, p. 34.

<sup>35</sup> Cf. L.-P.A., §2.06,p.34

<sup>36</sup> Idem

<sup>37</sup> Cf. L.-P.A., §2.223,p.38

<sup>38</sup> Cf. L.-P.A., §3.04, p. 39

fundamental da proposição é fixar a realidade “*em sim ou em não*”<sup>39</sup>, é dizer, quando é verdadeira, “*que as coisas se passam assim*”<sup>40</sup>, podendo a realidade ser completamente descrita através de proposições.

Daqui Wittgenstein conclui que : 1) O pensamento é a proposição com sentido<sup>41</sup> ;2) A totalidade das proposições verdadeiras é toda a ciência natural ou a totalidade das ciências da natureza<sup>42</sup>; 3) A totalidade das proposições é a linguagem<sup>43</sup>; Logo, o que não é susceptível de se traduzir numa proposição não faz parte da linguagem. Esta capacidade de estabelecer os limites do sentido, do que é ou não dizível, foi um dos grandes objectivos de Wittgenstein com vista a dissolver os problemas da Filosofia Tradicional.

### Os Limites do Sentido

1. Na medida em que a essência da proposição é a representação de um facto do mundo (actual ou hipotético), tudo o que não seja um tal facto nunca poderá ser representado linguisticamente<sup>44</sup>. Não pertencem ao domínio dos factos todos os juízos valorativos de carácter ético, estético ou religioso, os quais necessitam recorrer a valores absolutos situados no domínio do transcendente, o qual não admite quaisquer formulações no interior da linguagem<sup>45</sup>. O Transcendente não é susceptível de ser objecto da linguagem.

Todos os discursos estéticos, éticos ou religiosos, que constituem grande parte do *corpus* filosófico tradicional, resultam em proposições desprovidas de denotação e sem sentido. Mais não são, pois, do que *vãs tentativas de transgressão dos limites do sentido*.

2. O mesmo se pode dizer da Metafísica. A Metafísica está fora daquilo que pode ser dito porque procura representar a essência da re-

<sup>39</sup> Cf. L.-P.A., §4.023, p.56

<sup>40</sup> Cf. L.-P.A., §4.022, p. 56

<sup>41</sup> Cf. L.-P.A., §4, p.52

<sup>42</sup> Cf. L.-P.A., §4.11, p. 62

<sup>43</sup> Cf. L.-P.A., §4.001, p. 52

<sup>44</sup> Também Kant tentou estabelecer essa partilha ao introduzir os conceitos de núneno e fenómeno. A novidade de Wittgenstein é de considerar essa distinção do ponto de vista da lógica da nossa linguagem.

<sup>45</sup> L.-P.A., 6.41, 6.42, 6.421, p.138



alidade e da linguagem, a forma lógica comum a ambas, que não é dizível. Porquê? Se só através da linguagem podemos dizer alguma coisa, isto significa que, também neste caso, teríamos que dizer o que é comum à linguagem e à realidade através da própria linguagem. Ora, como a linguagem pressupõe essa forma lógica comum para que possa ser linguagem (ou seja, representar o mundo), as proposições da linguagem que se referissem a essa forma lógica teriam que ter em si próprias a mesma forma lógica a que se referem, caso contrário não a poderiam de todo representar. O que significa que a linguagem teria que estar contida em si própria, o que em termos lógicos não é possível porque  $F(X)$  é diferente de  $F(F(x))$ ; esta última situação equivaleria a conceber uma outra linguagem, necessariamente exterior, que a referisse, uma linguagem fora da lógica e, por isso, fora do mundo. Tal formulação não faz qualquer sentido, pois, o que está fora do mundo está fora do nosso alcance, não é concebível nem representável.

Pressupôr a possibilidade desta situação implicaria de imediato, que aquilo a que nos referimos como “linguagem fora da lógica e do mundo”, estivesse na nossa lógica e no nosso mundo para que pudesse referir o que quer que fosse. Trata-se, por isso, de uma antinomia: o que afinal estaria fora do mundo, teria de fazer parte do mundo.

Aquilo que é comum aos sistemas de representação, ao pensamento e ao mundo não pode ser representável pelo próprio sistema de representação que fundamenta. De onde se conclui que a forma lógica, a essência da linguagem e do mundo, poderá ser apenas *mostrada e não descrita*. A Lógica revela-se na Linguagem mas não se diz. É isso que explica a misteriosa frase que põe termo ao Tratado e à própria actividade filosófica do primeiro Wittgenstein: “*Acerca daquilo que não podemos falar, sobre isso temos de nos calar*”<sup>46</sup>.

3. Desta forma Wittgenstein fundamenta o novo papel da Filosofia e do filósofo. O método correcto a utilizar em Filosofia é, no limite, o de nada dizer à excepção das proposições das ciências da Natureza, e o de *mostrar* onde se efectuaram usos metafísicos da linguagem. O filósofo, nesta acepção, é uma espécie de guardião da razoabilidade das proposições e, neste contexto, aquele que consegue verificar se se trata ou não de proposições científicas.

---

<sup>46</sup> Cf. L.-P.A., §6,54, p. 142

No entanto, se aplicarmos o método de Wittgenstein ao seu próprio Tratado verificamos que as suas proposições não têm sentido já que o seu objectivo é, precisamente, descrever o funcionamento da nossa linguagem através de si própria. O Tratado é, então, uma espécie de nova formulação do Paradoxo de Parménides segundo o qual não podemos negar a existência de um objecto sem que, ao mesmo tempo, essa negação não resulte numa afirmação.

Por isso, Wittgenstein considera as proposições do seu Tratado como uma transgressão deliberada, uma espécie de *Reductio ad Absurdum*: O Tratado utiliza o método tradicional da Filosofia para demonstrar a sua falta de sentido. Segundo António Zilhão, o Tratado “*é um percurso de iniciação a um determinado estado de consciência. É uma obra que se assume como a charneira entre o novo e o velho ponto de vista*” (1993: 24). Essa é uma boa interpretação do sentido do último parágrafo, quando Wittgenstein afirma: “*As minhas proposições são elucidativas pelo facto de que aquele que as compreende as reconhece afinal como falhas de sentido, quando por elas se elevou para lá delas. (Tem que, por assim dizer, deitar fora a escada, depois de ter subido por ela)*”<sup>47</sup>.

### **Sobre a Impertinência do Conceito de Pertinência**

Perante este modelo semântico, todo o sentido depende das leis lógicas para além das quais as proposições nada podem comunicar. Cada proposição tem um sentido único e fixo (um significado perfeito), apesar de combinar sinais que em si nada significam (o sinal proposicional que pela sua natureza de conectiva lógica só adquire sentido na proposição).

O sentido é o resultado das articulações lógicas no interior de uma proposição, ou seja, constitui-se mediante a posição relativa dos seus elementos.

Este sistema posicional característico da sintaxe lógica não define, no quadro de uma proposição, um sistema de pertinências?

Parece-nos que não, pelo facto de isso implicar casos em que pudéssemos falar de um uso impertinente do sinal, necessariamente, nas expressões mal formadas e, conseqüentemente, fora da Lógica. Mas o que está fora da Lógica não é representável e positivamente nada pode

<sup>47</sup> Cf. L.-P.A., §6.54,p.142

ser dito sobre o ilógico. Logo, também não faz sentido chamar ao suposto ilógico “impertinente”. Classificar o mau uso como impertinência é o mesmo que tentar dizer o indizível, o que, obviamente, é uma impossibilidade. É como dizer que o meu casaco não está pendurado no cabide quando não existe qualquer cabide para o pendurar.

O uso lógico dos elementos da proposição que permite definir o seu sentido, não depende de nenhuma condição que não seja formal, interna ao simbolismo, se aceitarmos que aí está um exemplo de definição de “pertinências” é um conceito que não admite contrários. Existe um uso ilógico mas este não é impertinente, apenas não tem sentido, nada representa.

Será por isso, mais correcto considerar que a pertinência ou impertinência de um termo não pode ser uma definição estritamente formal (embora os nossos códigos sejam instâncias diferenciadas) mas implica critérios de relevância baseados nos usos pragmáticos das frases. Ora, falar de um contexto interno à proposição não será o mais apropriado, porque a proposição, como modelo da realidade, é uma abstracção, uma generalização formal. Ela não só não é nenhum contexto como não indica nenhum contexto particular em que ocorre. O carácter de “Bild” (quadro, modelo, imagem) da proposição só é válido porque se procedeu a uma exclusão das contingências circunstanciais que o termo “contexto” indica, precisamente com o intuito de revelar apenas a imagem lógica.

A Lógica não pode depender de quaisquer condições empíricas sem perder a sua essencialidade e o seu carácter apriorístico. Das proposições não faz sentido dizer que são pertinentes/impertinentes (conceitos que implicam uma determinação do sentido a partir de critérios de uso dos sinais num contexto) pois são precisamente essas considerações empíricas que se pretendem abolir com a investigação lógica.

A Lógica também não regula a sua própria aplicação: ela exprime leis lógicas completamente independentes de quaisquer usos a que possam dar lugar. O uso é uma questão que a lógica não põe, que está fora do seu âmbito.

A explicação do funcionamento da linguagem em L.-P.A. não inclui a consideração de quaisquer critérios de relevância. O único uso admitido da linguagem é o figurativo-lógico (mas tal como o sujeito é um limite do sentido, o uso também o é porque pressupõe a existência

de um sujeito). Se o sentido é unívoco e fixo não necessitamos de perguntar em que sentido se está a usar um termo, ou o que é que “se quis dizer”.

A existência de ambiguidades nas proposições não tem que ver com uma plurisignificação, mas com a complexidade ou com a má formação das proposições. Todas as proposições que a elucidem serão portadoras do mesmo sentido e referir-se-ão exactamente ao mesmo lugar lógico. Por isso, “*Tudo o que pode de todo ser pensado, pode ser pensado com clareza. Tudo o que se pode exprimir, pode-se exprimir com clareza*”<sup>48</sup>. Cada nome tem um único sentido. Cada proposição um único lugar lógico. Perguntar “em que sentido?” é admitir a plurisignificação, contrária ao projecto do primeiro Wittgenstein.

Mesmo considerando a tese da existência de um corpo de denotação de um termo, tese que continua a ser essencialista, é a sua função lógico-sintáctica que define o sentido.

A posição relativamente à linguagem natural é pois, pouco abonatória. O seu funcionamento deve ser sempre reportado ao funcionamento da linguagem ideal e abstracta

Por outro lado, “last but not least”, perguntar “com que pertinência está o termo X a ser usado?” é o exemplo típico de uma questão sem referência possível já que trata da própria linguagem. Para Wittgenstein a metalinguagem está fora dos limites da Lógica pois nenhum sistema de representação se pode referir a si próprio<sup>49</sup>.

Estes argumentos comprovam a nossa tese de que no âmbito da teoria do sentido defendida em L.-P.A. *é completamente impertinente falarmos de pertinência.*

---

<sup>48</sup> Cf. L.-P.A., §4.116, p.63

<sup>49</sup> Por isso, em L.-P.A., §6.123, Wittgenstein refere a sua discordância relativamente à tese dos *Tipos Lógicos* de Russell : as leis da lógica nunca podem ser objecto de si próprias (p. 124).

## **Parte II**

### **O Modelo Pragmático de funcionamento da Linguagem**

#### **As Inconsistências da Teoria Representativista**

1. Em 1929, dez anos depois da edição do *Tratado Lógico-Filosófico*, Wittgenstein regressa à actividade filosófica e publica alguns artigos críticos relativamente às suas teses anteriores. Inaugura uma linha de pensamento que culminará na escrita de *Investigações Filosóficas*, uma obra publicada postumamente em 1953, e que vem modificar de forma substancial as visões defendidas no primeiro escrito.

O seu regresso é assinalado pelo artigo "Some Remarks on Logical Form" (SRoLF)<sup>50</sup> onde, ainda sem pôr em causa o carácter representativo da relação Pensamento/Mundo, reconhece que o método de projecção usado pela consciência não é uniforme, o que lança algumas nuvens sobre a existência de uma forma lógica do mundo partilhada, univocamente, pela linguagem.

Wittgenstein aceitava a ideia defendida por Frege de que a forma lógica de uma proposição elementar seria ou de tipo relacional ( $x R y$ ) ou de tipo predicativo ( $P x$ ) e isto significaria que a forma lógica dos factos atómicos seria a mesma (relacional ou predicativa). Neste artigo Wittgenstein chega à conclusão que esta concepção é o resultado de uma ilusão resultante da forma sintática da nossa linguagem. Isto é, que estaríamos a tomar por essenciais ao mundo e à linguagem, formas lógicas resultantes ao nosso método representativo.

A análise do problema da exclusão mútua das cores é também a este título exemplar. Wittgenstein defendera que as proposições elementares não podem dar origem a proposições contraditórias, uma ideia que se retira do carácter tautológico das demonstrações lógicas<sup>51</sup> e porque cada proposição elementar tem um lugar bem definido no espaço lógico, na sua relação com os factos atómicos.

Para Wittgenstein a impossibilidade de termos duas cores diferentes no mesmo ponto do campo de visão demonstra uma impossibilidade lógica determinada pela estrutura lógica da cor e não por um qualquer

---

<sup>50</sup> Texto publicado originalmente em *Proceedings of the Aristotelian Society, Supl., Vol. 9, 1929, pp.161-171.*

<sup>51</sup> Cf. L.-P.A., §§6.126; 6.1261; 6.1262, p. 126

aspecto do mundo. Assim, duas proposições que afirmassem a presença de duas cores diferentes no mesmo ponto, seriam contraditórias. Porém, se essa impossibilidade lógica era determinada pela estrutura lógica da cor, as proposições que a exprimiriam seriam elementares, logo, não poderiam ser contraditórias entre si.

A solução examinada em SRoLF é de passar a considerá-las proposições complexas. Daqui resulta olhar um ponto de cor como uma entidade complexa, divisível, em graus de coloração, em determinado número de pontos de cor. Cada proposição afirmaria um número  $x$  de graus de coloração, correspondente a uma determinada cor, que não poderia ser um número idêntico a outra cor qualquer. Esta formulação transforma a discussão de um ponto de vista qualitativo para um ponto de vista quantitativo, mas, como veremos, apenas contribuirá para complexificar o sistema.

Assim, as cores de um grau inferior de coloração excluiriam as cores de grau superior, mas estas teriam que pressupôr aquelas. Acaba-se, então, por reintroduzir a problemática da contradição entre proposições elementares que se tentava resolver.

A única solução delineada em SRoLF era a de complexificar a sintaxe lógica defendida em L.-P.A., segundo a qual uma conjunção de proposições elementares nunca poderia ser contraditória, para não se ver obrigado a considerar sem sentido aquelas conjunções que, apesar de formalmente correctas, teriam de se classificar como “expressões mal formadas”. Mas, neste caso o resultado é surpreendente: Wittgenstein é obrigado a considerar que as conectivas lógicas não seriam, afinal, independentes dos conteúdos das proposições elementares por elas ligados. Teriam que se achar regras próprias para o caso das proposições que atribuíssem graus de uma qualidade a um objecto, considerando mal formadas aquelas que afirmassem diferentes graus de uma mesma qualidade ao mesmo objecto, sem comprometer os outros casos de proposições do mesmo tipo, em termos de formulação lógica. Tratava-se, claramente, da introdução de critérios de relevância contextual a determinar a sintaxe lógica a que L.-P.A. sempre tinha sido avesso. Como refere António Zilhão : “*Wittgenstein tentava preservar a tese crucial da independência das proposições elementares à custa do aumento das regras lógico-sintácticas e, o que era bem mais grave em termos de violar os princípios defendidos em L.P.A., da dependência contextual da*

*sintaxe lógica. O grande princípio norteador do período de redacção de L.-P.A. - “A lógica tem que tomar conta de si mesma” - parecia extremamente comprometido” (Zilhão, 1993: 34).*

A alternativa seria a admissão pura e simples da possibilidade de existirem conjunções contraditórias ao nível das expressões elementares, o que acabaria por pôr em causa a concepção atómica da realidade e as teses da simplicidade e positividade lógica dos objectos.

Segundo a interpretação de António Zilhão é a partir da postulação destas inconsistências e da impossibilidade de as resolver satisfatoriamente no quadro de L.-P.A., que fará Wittgenstein começar a pôr em causa as teses aí defendidas.

2. Embora sempre tivesse tido o cuidado de estabelecer a diferença entre condições lógicas e condições empíricas, a concepção da linguagem em termos representativos implicaria sempre a referência ao mundo e tal relação começou a perturbar as condições lógicas estabelecidas em L.-P.A. (como vimos para o caso das cores). A linguagem estava sempre presa aos representados.

De facto a concepção agostiniana da linguagem<sup>52</sup> obrigava a encontrar no mundo o sentido da nossa linguagem, não saindo, afinal de contas, do tradicional paradigma cognitivista “sujeito da linguagem” / “objectos do mundo”, mesmo numa concepção que, para usarmos a metáfora de Wittgenstein, pressupõe o olho que vê para a existência do campo de visão, mas que não o inclui nas suas representações porque nada *no campo de visão* indicia a presença do olho<sup>53</sup>.

O que nos parece estar em causa nas P.U. é precisamente esta tese que dá um conteúdo denotativo a todos os conceitos da nossa linguagem e que, por isso, procura encontrar no mundo os objectos de referência desses conceitos. É por isso que as P.U. levam a cabo uma investigação sobre alguns conceitos fundamentais cujo uso denotativo está na base dos erros em Filosofia. Exemplos são muitos: os conceitos filosófi-

<sup>52</sup> Cf. P.U., §1, p. 172

<sup>53</sup> Esta relação Sujeito/Objecto parece estar alojada numa espécie de inconsciente da linguagem, isto tendo em consideração as explicações representativistas do funcionamento da linguagem. Ainda a propósito da discussão do sujeito metafísico, que Wittgenstein não aceita por implicar algo exterior à linguagem e da recusa do cogito cartesiano Cf. L.-P.A., §§5.633, 5.6331, p. 116.

cos de “denotação”, “compreensão”, “saber”, “pensar”, “desejar”, “esperar”, “querer dizer”, “ter a intenção de”, “Filosofia”, “Linguagem”, entre outros.

Uma das ilusões da teoria representativista tem que ver justamente com o conceito de denotação que obrigava, com demasiada naturalidade, à introdução ostensiva dos nomes na linguagem.

3. Wittgenstein começa as P.U. com a análise do ensino ostensivo das palavras que é o exemplo mais típico do conceito de denotação como “*pendurar uma etiqueta a um objecto*”<sup>54</sup>.

O que a sua análise demonstra é que:

a) Não podemos considerar o ensino ostensivo das palavras como o único método: “*Eu digo que constitui uma parte importante do adestramento (da linguagem) porque é isto que se passa com os seres humanos, não porque não se pudesse concebê-lo de outra maneira*”<sup>55</sup>. A finalidade deste método é a de estabelecer a relação entre um som e um objecto (suscitar uma imagem mental que associe o nome ao objecto). Não só podemos imaginar outras finalidades como associá-lo a outras didácticas que resultariam num entendimento completamente diferente das palavras indicadas.

Lembre-se o exemplo da comunicação entre um pedreiro e um servente. O pedreiro diz “Laje!”, “Bloco!”, “Viga!” etc., e o servente deve-lhe alcançar aqueles materiais na ordem pedida. Neste caso, podemos imaginar que as palavras poderiam ser substituídas pelo gesto de apontar do pedreiro, mas o seu objectivo nunca seria o de simplesmente provocar uma ligação mental entre nome e objecto. O que o pedreiro quer é que o servente as entenda como *pedidos ou ordens*. Se o servente não lhe alcançar os materiais terá, naturalmente, que sofrer as consequências dessa sua atitude.

O ensino ostensivo das palavras faz parte de um adestramento que visa o domínio de uma técnica: a técnica da linguagem. Mas, o resultado deste método está longe de ser unívoco. Convenhamos que “apontar” não é, como o modelo representativista parecia em crer, o que há de mais “objectivo” e nos livra da plurisignificância. Como Wittgenstein mostrará, a relação “palavra/gesto/coisa”, cabendo ao gesto a união da

<sup>54</sup> Cf. P.U., §15, p.181

<sup>55</sup> Cf. P.U., §6, p. 175



palavra à coisa, é compreendida no sentido da designação da coisa porque a estamos a associar a uma didáctica específica a qual também terá sido objecto de aprendizagem a partir da experiência, digamos que por tentativa e erro. No caso da relação pedreiro/servente de pouco valeria ao servente unicamente estabelecer uma relação mental entre a palavra “bloco” e o bloco designado.

b) O gesto não é tudo. Também um gesto pode ter sentidos diferentes. Cabe aqui um outro argumento de Wittgenstein: o de que a concepção agostiniana da linguagem não explica como aprende a criança a interpretar o gesto que aponta, como é que ela sabe o que fazer com as palavras, como classificá-las numa gramática. De facto, aquela concepção parte do princípio que a criança, antes mesmo da aquisição da linguagem, dispõe já de um pensamento estruturado, tal como um adulto já sabe que “arrumação” dar às palavras quando aprende uma língua estrangeira. Wittgenstein: “*Com sentido, só pergunta pelo nome de uma coisa quem já sabe o que vai fazer com ele*”<sup>56</sup>.

A questão da linguagem começa a ser vista em termos de saber como se aprende a utilizar a linguagem, como se aprende a saber o que fazer com as palavras.

Esta questão exemplifica bem o problema da pertinência que basicamente tem que ver com a capacidade de estabelecer uma *classificação correcta* das palavras e/ou comportamentos.

Quando alguém aponta para um coelho e diz “rabbit”, supondo que não falo inglês, como é que sei que ele não está a apontar para uma parte do coelho, para as orelhas ou os olhos, por exemplo? Neste caso eu deveria entender “rabbit” como orelhas ou olhos.

Pegando agora especificamente num exemplo de Quine, poderia tratar-se de um conceito que indicasse um determinado estado transitório que eu deveria traduzir por “fase de coelho” por não existir na cultura em causa (Quine dá o exemplo de uma tribo longínqua) a noção de animal. Neste caso, não estaria eu a ser induzida em erro ao traduzir por “coelho”? O mesmo problema se põe quando aponto para duas nozes e digo “duas” ou mesmo “duas nozes”. Como é que eu sei qual a classificação a dar à palavra “duas”? Como é que aprendo essa classificação?

Voltando ao exemplo do coelho, como é que eu sei que “rabbit” não quer dizer “um” ou “cinzento”, ou ainda “animal” ou “movimento”?

---

<sup>56</sup> Cf. P.U., §31, p.196

E o mesmo problema do parágrafo número um das P.U.: o da classificação das palavras. Peço a alguém para comprar “cinco maçãs vermelhas” e suponho que o empregado da loja interpreta o meu pedido actuando de acordo com uma tabela de referências. No entanto, a concepção denotativa nada diz sobre a aprendizagem dessa *forma de actuar*.

Em relação ao gesto, Wittgenstein chega mesmo a perguntar-se como é que eu sei qual o sentido de leitura do dedo a apontar. Porque não olhar para o sentido do ombro? O mesmo se passa com uma seta ou uma determinada sucessão de traços ou de números. Porque não ler a seta no sentido inverso ao que estamos habituados?

Como é que eu determino se o enunciado “laje!” é uma palavra ou uma frase? Serei mais precisa por dizer “Dá-me esse pau com uma escova na ponta”, em vez de pedir simplesmente a vassoura? Será aquela uma versão mais analítica desta ou será apenas mais estranha e menos funcional?

O que é que permite determinar estes casos? Será a correspondência pura e simples entre nome e objecto? Como é que se define a relevância do gesto que aponta, do sentido da seta, do que significa “número” ou “cor”, dos limites de uma palavra ou frase?

c) Outra das limitações deste ensino ostensivo associado ao modelo denotativo é o facto de não se poder apontar para determinados conceitos: como apontar para a ideia de “número” ou para a propriedade “vermelho”? Qual a denotação de “este” e “isto”? Como ensinar coisas ausentes ou futuras? E os próprios conceitos de “passado, presente, futuro”? Dizer que é através de definições é remeter para outros sinais, outras palavras. Será suficiente para o modelo denotativo?

As múltiplas descrições do nome “Moisés”, as suas diversas definições possíveis, são um bom exemplo de alguns *equivocos denotativos*<sup>57</sup>. Não há só uma denotação deste nome porque o sentido não é fixo: “*darei uma enumeração de todas estas descrições ou só de algumas e em ocasiões diferentes descrições diferentes*”<sup>58</sup>. A relação entre o nome e a coisa nomeada também não é fixa nem sempre da mesma natureza. Wittgenstein pergunta-se então: “*O que é a relação entre nome e coisa nomeada?*”. Pode ser coisas diferentes em situações diferentes.

E quando o objecto designado deixa de existir? A espada Nothung

<sup>57</sup> Cf. P.U., §79, p. 237-239

<sup>58</sup> Cf. P.U., §79, p. 238

partida não pode ser a denotação da frase “Nothung tem uma lâmina fina”<sup>59</sup>. Mas não continua a frase a ter sentido? No entanto, supostamente, já não tem denotação.

Se digo “N morreu”, “N” deixou de ter denotação. Mas, porque continua a fazer sentido? Isto acontece, diz Wittgenstein, porque confundimos a denotação de um nome com o seu portador. E, de facto, a morte do portador não é a morte do sentido da palavra. Existe pois, uma independência entre nome e coisa nomeada e a relação ostensiva é apenas parte de um jogo de linguagem. No entanto, este jogo está longe de ser o único como acontecia em L.-P.A., o que indicia a mudança de perspectiva de Wittgenstein.

d) Outra limitação do ensino ostensivo é a impossibilidade de apontar para a minha expectativa, desejo ou sonho. A explicação avançada no âmbito das teses denotativas tem que ver com a possibilidade de exprimirmos linguisticamente possibilidades lógicas. Os nossos sonhos, desejos ou promessas seriam “sombras conceptuais” de possibilidades que aprenderíamos a partir da combinação de elementos existentes. Ou seja, era-nos dada a possibilidade de associarmos imagens mentais reais de maneiras novas. O que aqui se trata é de uma confusão entre as possibilidades expressivas da nossa linguagem e a sua capacidade representativa.

Wittgenstein apercebe-se agora, que a naturalidade e evidência com que a concepção agostiniana se nos impõe estavam na base dos seus erros ao tempo do Tratado. Denotar não é afinal toda a linguagem, mas apenas um sistema de comunicação primitivo e limitado: “*nem tudo aquilo a que chamamos linguagem é esse sistema*”<sup>60</sup>. A linguagem tem utilizações muito mais vastas cuja descrição não cabe unicamente nas leis unívocas da lógica nem na sua capacidade representativa.

A vontade de determinar o sentido fixo das proposições fora resultante de uma atitude dogmática que, como refere Zilhão, “*procura confirmar no mundo os pressupostos de que parte, que investiga o modo como o “ideal” se encontra na realidade*” (1993: 36).

Wittgenstein reconhece então os dogmas subjacentes a L.-P.A.: o de que a função exclusiva da linguagem é a função representativa (afirmar ou negar factos); o de que existe uma forma lógica exacta que subjaz

<sup>59</sup> Cf. P.U., §39, p. 204

<sup>60</sup> Cf. P.U., §3, p.174

aos usos confusos da linguagem; o de que existe uma “pureza cristalina” da lógica. Resultado de volver o olhar, não para a linguagem quotidiana tal como ela é usada na sua multiplicidade e plurisignificância, mas para um suposto interior profundo e essencial onde descobriu uma linguagem abstracta, intemporal, rigorosa, mas limitada.

4. De certa forma, nas *Investigações Filosóficas* é o próprio objecto de estudo que se transforma quando Wittgenstein se confronta com a impossibilidade de articular a pureza absoluta da lógica com a referencialidade da linguagem a que daria lugar. O objecto tem de deixar de ser a linguagem ideal para “descer” ao uso comum e quotidiano da linguagem de todos os dias. Desaparece a dicotomia entre uma linguagem artificial prescritora e uma linguagem natural selvagem, para descobrirmos a multiplicidade de sistemas de comunicação de que somos capazes de nos dotarmos, todos igualmente dignos.

Wittgenstein sustenta nas P.U. que é vulgar esquecermo-nos de que o que é normal também funciona: “*Não aspiramos a um ideal, como se as nossas vagas proposições habituais ainda não tivessem um sentido irrepreensível, e que só nós (os lógicos) pudéssemos construir uma linguagem perfeita; Por outro lado, parece claro que onde há sentido tem de haver uma ordem perfeita; Logo, a ordem perfeita esconde-se também na mais vaga das proposições*”<sup>61</sup>.

Perceber esta ordem perfeita das proposições vagas é a sua nova orientação traduzida pelo lema “*Não penses, olha!*”, com o qual se evidencia o interesse pela linguagem enquanto fenómeno mundano e a circunscrição operada ao campo da notação lógica: “*Quanto mais exactamente consideramos a linguagem real, mais forte se torna o conflito entre ela e a nossa exigência. (A pureza cristalina da Lógica não se me revelou na experiência, era antes uma exigência). O conflito torna-se insuportável. A exigência corre o risco de se tornar vazia*”<sup>62</sup>. Para ultrapassar “o preconceito da pureza cristalina (da lógica)” foi preciso “*rodarmos completamente o eixo da nossa investigação*”, e isso, equivale a falar “*do fenómeno espacial e temporal da linguagem (e) não de um fantasma a-espacial e intemporal*”<sup>63</sup>.

<sup>61</sup> Cf. P.U., §98, p.252-253.

<sup>62</sup> Cf. P.U., §107, p. 225

<sup>63</sup> Idem

### Mudanças de Ponto de Vista

1. A teoria semântica desenvolvida no Tratado passa a ser entendida como *um jogo de linguagem*. As leis que a lógica exprime continuam, naturalmente, a ter a sua validade formal, agora já só no quadro restrito de um determinado uso da linguagem. Porém, este jogo *lógico* não mais autoriza a legitimidade de se concluir seja o que for a propósito do mundo a partir das formas lógicas da nossa linguagem. O isomorfismo pensamento/mundo é agora compreendido como uma arbitrariedade resultante das capacidades representativas da linguagem.

A possibilidade de comunicar sentido através da linguagem não depende, em todos os casos, da Lógica. Wittgenstein constata que existem muitos usos da linguagem e que é impossível, como pretendia, subsumir a variabilidade dos factos do mundo nas formas relacional e predicativa. A referencialidade acabou por obrigá-lo a modificar a sua teoria inicial. A própria experiência linguística é uma demonstração constante da multiplicidade de utilizações, de sentidos e de interpretações com critérios vários, relevando de pertinências diversas. Valia bem a pena olhar em vez de pensar.

El olhar equivalia a eliminar a transparência da nossa linguagem, fonte de erros e incompreensões. Seria também vê-la em funcionamento (não haverá outra maneira). A linguagem é então, comparada a uma caixa de ferramentas com a qual executamos diversas tarefas e alteramos o nosso conhecimento das coisas. Mas, em que sentido o alteramos? Com as palavras constituímos *parametrizações da realidade*. O problema de L.-P.A. tinha sido a incapacidade de ver estes padrões, de se ver como padronização.

Ao declarar “Amanhã vai chover!” estou a colocar-me numa determinada relação com aquele facto e, para certos efeitos, passo a considerar o mundo sobre esse aspecto. Está logicamente inscrita naquela expressão a minha comparação com o facto de chover ou não realmente no dia seguinte à minha elocução, pois essa foi a medida que instituí pelo facto de proferir tal afirmação. Quando digo “Este pano tem um metro.” estabeleço uma relação, a partir da régua, com o metro padrão convencional, quando afirmo “aquela rosa é vermelha”, a minha convicção é que ela está na gama de cores a que aprendi a chamar vermelho (uma espécie de vermelho-padrão). A *denotação* de “vermelho” não

tem que ser “o vermelho puro” guardado algures, mas um certo carácter de vermelheidade que é convencional<sup>64</sup>. A apreensão do conceito de vermelho implica que o consigamos usar, que sejamos capazes de continuar a jogar com ele, mesmo quando um dado objecto vermelho foi destruído. A referência é indestrutível em relação ao portador desde que a sua utilização continue válida.

Para além de chamarmos “nome” a usos muito diversos de uma palavra, os nomes que usamos não exprimem a existência de nenhum objecto, no sentido em que se considerava em L.-P.A. que os nomes eram “mandatários dos objectos”. Os nomes são, pelo contrário, padrões de representação através dos quais fixamos determinados critérios de regularidade que nos permitem referir-nos à realidade, entre outras utilizações.

2. Posta em causa a univocidade da relação do nome com a coisa nomeada é o próprio atomismo lógico, como princípio organizativo do mundo e da linguagem, que cai por terra. As proposições elementares e complexas também não se relacionam de forma directa e inquestionável com os estados de coisas e os factos. Wittgenstein: “*As coisas passam-se assim e assim. Este é o género de proposição que repetimos a nós próprios vezes sem conta julgando seguir sempre de novo a natureza, vamos apenas ao longo da forma através da qual a vemos*”<sup>65</sup>.

O que aqui esta em causa é a própria relação descritiva, manifesta na forma declarativa da proposição. O modo declarativo não é em nada mais essencial que os modos interrogativo, exclamativo ou imperativo. A opção fora apenas arbitrária.

A conversão em radicais declarativos fora fruto da vontade do lógico de justificar o seu ideal e facilitar o seu trabalho de notação num quadro de sentido dependente das relações de designação. De facto, no quadro de L.-P.A., a pergunta “Aquilo é uma cadeira?”, a ordem “Traz-me a cadeiral!”, ou ainda, a exclamação “Aquilo é uma cadeira!!!”, porque possuem o mesmo conteúdo descritivo e são convertíveis na proposição declarativa “Aquilo é uma cadeira.”, teriam exactamente o mesmo sentido, o que deixa de ser sustentável pela simples constatação de que

<sup>64</sup> Cf. P.U., §50, pp. 214-215

<sup>65</sup> Cf. P.U., §114, p. 258

desempenham funções diferentes na *praxis* da linguagem. O uso que delas fazemos não é de todo equivalente.<sup>66</sup>

A verdade ou falsidade das proposições, decorrentes do seu carácter assertivo, também não revela nenhuma relação essencial com a realidade; é antes uma prescrição da nossa forma de representação, inscrita na nossa gramática. É a gramática da nossa linguagem que autoriza e exige, em certos casos, essa relação verdade/falsidade pois, digamos, esse é um dos nossos métodos de padronização.

Mas, de um uso da linguagem não podemos dizer se é verdadeiro ou falso. Dele só podemos dizer se é útil ou inútil, correcto ou incorrecto, bem ou mal jogado.

Se o sentido de um nome já não está intrinsecamente nele próprio por virtude de ser mandatário exclusivo de um objecto, a noção de objecto simples também deixa de ser sustentável.

3. A ingenuidade denotativa levava Wittgenstein a defender a simplicidade dos objectos, tendo apenas em mente, é claro, o seu sistema de notação lógica, dando-lhe uma generalidade abusiva.

Fora do quadro representativo de L.-P.A., os “objectos simples” poderão “ser tudo ou nada”. As palavras “simples” e “complexo” dependem do jogo em que as fazemos entrar. Elas não têm nenhuma denotação independentemente do uso que os utilizadores lhe derem: “*Não tem qualquer sentido falar em absoluto das “partes constituintes simples de uma cadeira” (...)O que queres dizer com “complexo”? Nessa palavra pode caber tudo entre o céu e a terra! A pergunta “Aquilo que vês é complexo?” tem de facto sentido, quando já está estabelecido de que espécie de complexidade - isto é, que espécie particular do uso desta palavra - se trata*”<sup>67</sup>. Na discussão desta questão (secções 37 a 55), Wittgenstein dá alguns exemplos com humor: “*A cor de um tabuleiro de xadrez é simples ou consiste nas cores do arco-íris? - Este*

<sup>66</sup> A propósito ver também os trabalhos de John Austin, em especial *How To Do Things With Words* (1955, Oxford University Press) onde o autor descreve as diversas acções que fazemos ao dizer e pelo facto de dizer qualquer coisa. Trata-se da famosa distinção entre actos locutórios, ilocutórios e perlocutórios, e em particular a categoria de ilocutórios denominados performativos por oposição aos constatativos, que também são um caso particular de ilocutórios.

<sup>67</sup> Cf. P.U., §47, p. 208

*segmento de 7cm é simples ou consiste em dois subsegmentos de 3cm de comprimento e um, na direcção oposta, de 1 cm?”*

Não existe uma denotação única, fiscalista, destas palavras. Não existe uma explicação essencial daquelas palavras: *“Pode dizer-se de certas coisas: têm este e este fim. O essencial é que isto é um candeeiro, que serve para dar luz: - que ornamenta o quarto, que enche um espaço vazio etc., não é essencial. Mas o essencial e o inessencial não estão sempre claramente separados”*<sup>68</sup>. Podemos facilmente imaginar a seguinte situação: uma conversa entre dois decoradores a propósito do quarto e do candeeiro. Não nos restam dúvidas que para eles o essencial não é que o candeeiro dê luz, mas o seu aspecto, cor, estilo de iluminação, se fica bem ou mal com a alcatifa ou os estofos. A relevância não está no “quê” do candeeiro, mas no “como”.

Também a crítica à imprecisão da linguagem natural deixa de ser válida. As palavras “preciso” e “impreciso” dependem do jogo de linguagem em que entrem. Na maior parte dos casos dizer a alguém “Espera por mim *aqui!*” é suficientemente preciso para que consiga encontrar a pessoa novamente (aqui, onde? Para onde estou a apontar? Rigorosamente neste ponto ou *mais ou menos aqui?*). *Mais ou menos aqui*, dentro de uma determinada *praxis* é o quanto basta de precisão para a nossa finalidade. Porque na verdade os contornos de sentido da palavra “preciso” estão dependentes *da nossa finalidade*: *“O ideal de exactidão não é unívoco, não sabemos como devemos conceber, a não ser que tu próprio determines o que receberá este nome”*<sup>69</sup>, e isto, de cada vez que usamos essa palavra. A nossa ideia de que as medições são exactas, ou de que a sua aplicação em ciência é unívoca, adquire um outro sentido. Essas práticas são convenções relativas ao uso do conceito de exactidão. O que significa dizer que um relógio está certo? Ou que Lisboa dista 299 Km da Covilhã? Significa que para nós, em determinadas circunstâncias, é assim que devemos usar aquelas medidas. Nada impede que noutros contextos descorar os segundos ou microsegundos ou não indicar os milímetros seja considerado uma falta grave de precisão: *“Aqui tudo depende, claro, do que se chama “fim”. Sou inexacto se especificar a distância da Terra ao Sol com um metro a menos ou se der a*

<sup>68</sup> Cf. P.U., §62, p. 225

<sup>69</sup> Cf. P.U., §88, p. 246



*um carpinteiro a largura de uma mesa com 0,001 mm a menos?*"<sup>70</sup>. Em muitos casos, para muitas das nossas finalidades, tais pequenas diferenças não fazem diferença, não são pertinentes. Mas, se der uma medida com menos 0,001 mm a um carpinteiro para uma prateleira e, por causa deste erro, a prateleira não encaixa no armário, então, tenho uma situação de uma pequena diferença que faz muita diferença.

É evidente que não podemos, no âmbito das P.U., continuar a defender o carácter fixo e unívoco do sentido da cada proposição. O seu carácter descritivo tornou-se questionável, aberto à multiplicidade de interpretações que o seu estatuto assertivo já não é capaz de salvaguardar.

*"Mas quantas espécies de proposições há? Talvez asserção, pergunta e ordem? Há um número incontável de espécies: incontáveis espécies diferentes da aplicação daquilo a que chamamos "símbolos", "palavras", "proposições". E esta multiplicidade não é nada de fixo, dado de uma vez por todas, mas antes novos tipos de linguagem, novos jogos de linguagem (...) surgem e outros envelhecem e são esquecidos (...) A expressão jogo de linguagem deve aqui realçar o facto de que falar uma língua é uma parte de uma actividade ou de uma forma de vida"*<sup>71</sup>

## O Jogo da Pertinência e da Impertinência

1. Se o sentido das palavras não é determinado pela relação aos objectos, se Wittgenstein percebe agora que a referencialidade é uma prerrogativa inscrita na nossa linguagem, como podemos então explicar o facto de que as palavras tenham sentido, que possamos compreender e comunicar? Baseamo-nos em quê para determinar qual o sentido de uma palavra, se o sentido não é dado de uma vez por todas? Como é possível que o fixemos'?

De facto, o abandono da concepção agostiniana da linguagem que Wittgenstein leva a cabo nas P.U., exige novas explicações sobre os fundamentos do sentido. Uma vez recusada a ideia de que o sentido seria introduzido numa linguagem através do estabelecimento de relações binárias simples entre nomes e objectos, isto é, de que as definições os-

<sup>70</sup> Cf. P.U., §88, p. 247

<sup>71</sup> Cf. P.U., §23, 189

tensivas permitiriam ligar linguagem e mundo, Wittgenstein levanta e discute outras hipóteses.

Será a minha intenção que determina o sentido? O meu “querer dizer”? “*Eu quis dizê-lo como uma frase e não como uma palavra*”<sup>72</sup>; Eu tive a intenção de lhe ordenar que me trouxesse a vassoura, era isso que *tinha em mente*. Ou estará o fundamento do sentido na minha experiência passada? Porque me habituei a interpretar este sinal desta ou daquela maneira? Residirá o sentido na minha memória? Será ela o garante da estabilidade semântica sem a qual não podemos falar de linguagem, já que uma linguagem que mude em cada segundo nada comunicará? Talvez a hipótese da imagem mental associada às palavras seja, afinal, mais satisfatória? Será o meu acto de compreensão que investe as palavras de sentido?

A resposta a estas e outras questões conduzirá Wittgenstein à seguinte explicação: a de que é o uso que fazemos das palavras, no quadro de um jogo de linguagem, que permite definir o sentido: “*o sentido de uma palavra é o seu uso na linguagem*”<sup>73</sup>.

Como pode o uso revelar aquilo que tive em mente? Como posso eu indicar através do uso de uma palavra exactamente aquilo que quero dizer com ela? Esta hipótese do uso, que põe de forma clara a questão da pertinência, surge a Wittgenstein precisamente porque passou a olhar a linguagem como uma actividade. Dar ordens, fazer perguntas, narrar, conversar pertencem à nossa história natural, tanto quanto comer, dormir, andar, brincar e até construir uma máquina ou talhar um bocado de madeira, como refere Wittgenstein. Como qualquer uma destas actividades, a linguagem é uma técnica susceptível de um adestramento. O facto de, em determinadas circunstâncias, ser capaz de representar a realidade diz-nos qualquer coisa sobre o modo específico de utilizar essa técnica, de operar com as suas ferramentas mas, ao contrário do que era defendido no Tratado, nada nos revela sobre a “essência” da realidade.

Deste ponto de vista a pergunta “o que é realmente uma palavra?”, é análoga à pergunta “o que é uma figura de xadrez?”, ou seja, é o mesmo que perguntar qual o papel que desempenha no jogo. O papel ou a função de uma peça de xadrez/palavra determina o modo como a usamos. Esse papel depende da nossa finalidade no jogo, por isso, exis-

<sup>72</sup> Cf. P.U., §20, p. 184

<sup>73</sup> Cf. P.U., §43, p. 207

tem muitos casos em que a mesma peça é utilizada de muitas maneiras diferentes porque com ela se jogam diferentes jogos ou visamos coisas diversas dentro de um mesmo jogo. Na verdade todos sabemos que o mesmo baralho de cartas serve para uma quantidade imensa de jogos. Em cada um desses jogos usamos as cartas de determinada maneira. Se não o fizermos não estamos a jogar esse jogo, mas outro qualquer.

Assim, é através da aplicação de uma palavra que mostramos a pertinência, ou o ângulo, em que a estamos a entender e esta aplicação depende da situação em que nos encontramos, do contexto ou jogo de linguagem no quadro do qual baseamos os nossos lances.

Mas, para retomarmos algumas das questões levantadas atrás, como é que eu sei em que jogo estou? Como sei se o meu interlocutor tem a mesma definição do jogo que eu tenho (eu posso pensar que estou a jogar à Bisca e o meu parceiro acreditar que estamos a jogar às Copas)? Bastar-me-á recorrer ao meu hábito de dizer de determinada maneira, à minha experiência passada e pressupôr que a experiência do meu interlocutor é semelhante? E como poderá ele saber qual é o meu hábito? E não me posso eu enganar ou perder a memória do uso das palavras? Neste caso, como pode a minha memória ser garante da estabilidade do sentido da linguagem? E, em todo o caso, o que sei eu da memória do meu interlocutor e que técnicas utiliza para não se esquecer? Quem pode confiar na sua memória? Será que o meu interlocutor, quando eu digo “vermelho” vê a mesma cor que eu? E que importância poderá isso ter para o nosso, jogo? Tudo depende do jogo que estivermos a jogar e da finalidade de cada um dos intervenientes.

Assim, tudo se resume em saber o que significa dominar a técnica da linguagem; o que queremos dizer quando dizemos que falamos uma dada língua. Na realidade, perguntas como as que temos enunciado não são tão banais como parecem. Soam-nos até um pouco estranhas. O normal é compreendermos o sentido imediatamente ou partir desse pressuposto. Caso contrário, a indagação àcerca do sentido pode tornar-se infinita, caso em que também toda a comunicação se torna impossível.

Surpreendentemente ou não, conseguimos alguma razoabilidade na utilização da técnica da linguagem o que será revelador do modo como ela funciona. Por isso, as discussões que Wittgenstein desenvolve sobre o que significa compreender e sobre a existência ou não de uma lingua-

gem privada, resultam numa fundamentação bastante forte da sua tese pragmática do funcionamento da nossa linguagem.

Relativamente à questão da pertinência ou impertinência de um termo ou de um enunciado, ela é equivalente à própria questão do uso e da compreensão desse uso. A compreensão implica a capacidade imediata de determinar a pertinência de uso de um termo. A investigação sobre o que significa “compreender” é bastante elucidativa sobre a natureza procedual da linguagem, que nos permite definir critérios de pertinência ou impertinência, pois essa é uma capacidade inerente à aquisição da linguagem.

2. Ao mudar de paradigma para a explicação do sentido, Wittgenstein não pode também aceitar as teses cognitivistas que tendiam a identificar a ocorrência de fenómenos de compreensão com um fenómeno psíquico a ocorrer no nosso cérebro. A conclusão a que chega é que todas as explicações do sentido a partir destes fenómenos só aparentemente são mais firmes que a sua tese do uso.

Assim, vejamos: a) A tese de que uma palavra faz sentido porque despoleta uma imagem mental do objecto a qual está para nós associada a uma determinada utilização, e que os diferentes sentidos de uma palavra se justificam porque ela está associada a diferentes imagens mentais, não explica porque está uma palavra umas vezes associada a uma imagem outras vezes a outras; e se avançarmos a hipótese de que isso se deve a diferentes métodos de projecção que elaboram imagens mentais diversas, estas aparecem-nos como resultado de um processo simbólico e portanto, como sinais que poderão ser umas vezes interpretados de uma maneira outras vezes de outra; Neste caso, como poderia a imagem mental determinar o sentido de uma palavra se ela própria é também um sinal que, tal como a palavra, precisa de uma instância ulterior que determine qual o modo como deverá ser compreendida e usada? As imagens mentais seriam assim, espécies de “entidades intelectualmente apreensíveis”, situadas entre os objectos e os sinais sonoros ou gráficos, a requerer também uma cognição com a correspondente interpretação. Wittgenstein contesta absolutamente esta visão mentalista e a existência positiva de tais objectos mentais. Substituir um sinal por outros também não resolve o problema da compreensão; b) Wittgenstein levanta também a hipótese de concebermos a compreensão como

um dado estado mental. Mas para ser um estado temos de referir a uma temporalidade. Ora perguntar: “*Compreendes de forma ininterrupta como se joga xadrez, ou a tua compreensão tem hiatos?*”<sup>74</sup> é absurdo. Não posso compreender agora e deixar de compreender a mesma coisa mais tarde. Posso esquecer-me, mas isso é outro fenómeno. Isto pressunha também a existência de um “estado de não compreensão”, o que também não faz muito sentido. Esta hipótese é assim, rapidamente rebatida; c) Outra das hipóteses discutida por Wittgenstein é a de entender a compreensão como um conjunto de processos mentais que ocorrem na nossa mente. O exemplo da aprendizagem da fórmula matemática de uma sucessão numérica permite concluir que não existe qualquer necessidade entre determinados processos e essa compreensão (e mesmo que assim fosse seriam de difícil determinação). Tanto podem ocorrer como não ocorrer. Será que temos em mente toda a sucessão de uma só vez? Isso é absurdo, até porque a sucessão é infinita. E quando se procede de acordo com a sucessão só até ao número 1000 e depois se procede de acordo com uma lei diferente? Dizemos neste caso que se compreendeu só até àquele limite?

Wittgenstein apercebe-se que o problema até aí tinha sido discutido com base no paradigma da denotação. O que se fizera fora procurar algo, uma imagem, um estado de consciência ou um processo mental que pudesse constituir a denotação da palavra “compreensão”. A hipótese de Wittgenstein é de que o uso que fazemos daquele conceito não é um uso denotativo e que não temos de nos esforçar por lhe encontrar uma referência fisicalista qualquer. O problema tem de ser visto sob o ângulo da acção. Assim: d) o verbo “compreender” ou o substantivo “compreensão” são usados para significar uma técnica de aquisição de uma capacidade para agir de determinado modo. Eu decido se alguém sabe ler ou não, se alguém sabe ou não jogar xadrez ou se compreendeu o que eu queria dizer através, respectivamente, das suas acções de ler, de jogar xadrez ou de responder ao que lhe disse. Ou seja, é a utilização correcta de uma expressão que mostra que ela foi compreendida e não o facto de se ter dado um acontecimento mental chamado “compreensão”, o qual estaria na origem dos usos correctos.

A analogia com as actividades físicas é aqui esclarecedora: o que mostra que eu consigo levantar um peso de 50 Kg. é o levantamento

---

<sup>74</sup> Cf. P.U., §150, p.279

efectivo do peso e não a minha representação mental desse levantamento. Assim, também durante uma conversa eu vou ajustando a minha compreensão daquilo que o outro me diz a partir das suas respostas àquilo que eu lhe digo e que, por sua vez, revela o modo como eu entendi o que ele me disse, e assim sucessivamente. Trata-se do jogo da pertinência e impertinência, ou seja, a definição intersubjectiva dos limites do jogo (como no cinema onde o enquadramento define um dentro e um fora de campo, fora de campo que nem sempre está fora do jogo).

A compreensão manifesta-se na praxis da linguagem. Posso compreender erradamente, mas também posso, da mesma forma, corrigir a minha compreensão. Podemos . falar então numa praxis comunicacional que decorre num dado espaço interspectico que a própria linguagem funda. Mas se o uso linguístico de um termo determina o seu sentido, com que fundamentos o faz? Se o uso determina o sentido, o que é que determina o uso? O que fundamenta essa praxis?

3. Um determinado uso é indiciador de que nos encontramos, provavelmente, perante um jogo de linguagem específico, porque o uso obedece a regras, obedece às regras próprias do jogo que se quer jogar e que somos capazes de reconhecer e adestrar. É essa relação a um conjunto de regras que nos permite dizer que determinados lances de linguagem são pertinentes, isto é, estão de acordo com as regras do jogo, ou que são impertinentes, quando não autorizados por essas regras, características de um dado quadro de sentido.

A compreensão de um termo implica a compreensão das regras do jogo onde ele entra. O fundamento da acção (aqui, da acção linguística/simbólica em particular) pode encontrar-se nas regras que a orientam, por isso, a determinação do sentido depende sempre do contexto particular de uso que essas regras instauram. A este contexto de uso chamou Wittgenstein *o jogo de linguagem*, mas esta noção parece-nos bem mais que uma mera analogia pois aqui a ideia de jogo é descritiva do modo como a linguagem funciona.

Uma *situação comunicativa* pode ser descrita como um jogo que decorre no tempo, num lugar, onde um ou mais jogadores realizam os seus lances de forma interactiva, de acordo com determinadas regras, visando, em geral, determinados fins e estando sujeitos a mudanças e perturbações várias.

As regras autorizam que os participantes alimentem determinadas expectativas relativamente à forma como o jogo decorrerá pois são os procedimentos normais ao jogo X que significam precisamente estarmos a jogar aquele jogo X. Compreendê-lo é ser capaz de o jogar sempre que a situação o justifique. É de acordo com as regras que se define uma acção correcta ou incorrecta e que é possível distinguir o uso pertinente ou impertinente, que se é capaz de decidir se é ou não apropriado jogar um jogo (capacidade que faz parte integrante da aquisição da técnica).

Por isso, parece-nos que Wittgenstein não circunscreve o uso de um termo apenas às regras gramaticais de uma Língua, mas faz apelo a gramáticas outras: “*Chamarei também ao todo formado pela linguagem com as actividades com as quais ela está entrelaçada o “jogo de linguagem”*”<sup>75</sup>. Embora Wittgenstein nunca proceda a uma classificação sistemática destas outras “gramáticas”.

A multiplicidade de usos da linguagem, de jogos possíveis, é uma característica dos nossos sistemas de comunicação e acarreta a dificuldade de elaborar uma explicação teórica do próprio conceito de jogo. Faz parte da natureza dos jogos explicarem-se mostrando como se joga tal como a linguagem se aprende na actividade linguística. Se podemos dizer que um jogo se define pelas suas regras e pela finalidade que visa, só em cada caso particular poderei enunciar as suas regras e o seu objectivo. E isto não exclui a possibilidade de concebermos jogos que se assumam como um desperdício, isto é, cuja finalidade é exclusivamente continuar a jogar ou que existam jogos que defendam uma anulação das finalidades.

As fronteiras de um jogo estão sempre votadas a alguma indeterminação. A relação entre os jogos e as regras são inúmeras: existem jogos com regras previamente definidas e inamovíveis, outros em que as regras se definem enquanto se joga; alguns em que se modificam ao longo do jogo, outros ainda, em que a regra é introduzir um comportamento aleatório; podemos interromper um jogo sem o terminar para dar lugar a outro, etc. Em qualquer dos casos, cada jogador pode estabelecer uma interpretação própria do jogo. Devemos perguntar então, como podemos fundamentar o uso nas regras se também estas podem

---

<sup>75</sup> Cf. P.U., §7, p. 177

gerar interpretações diferentes? O que é que fundamenta o fundamento?

4. Wittgenstein resolve este problema quando discute o argumento da linguagem privada e defende o absurdo de tal hipótese a favor do carácter intrinsecamente público da linguagem e das regras do seu uso.

O argumento da linguagem privada (secções 243 a 315) examina a possibilidade de existir uma linguagem individual, absolutamente interna a cada um, intransmissível, e na qual converteríamos a linguagem pública. Para Wittgenstein tal hipótese não é válida porque não se verifica na experiência, já que existe uma unidade entre pensamento e linguagem (nós sabemos que não temos outros nomes para as coisas e baseamos na nossa experiência o pressuposto que com os outros também é assim). A consideração de uma linguagem intransmissível é contrária à própria noção de linguagem. Uma linguagem só o é na medida em que é comunicável e, nesse sentido, é uma instância pública. É algo que estará sempre num espaço intersubjectivo.

O exemplo da memória é esclarecedor. Se me esquecer da hora a que parte um comboio só posso ter a certeza verificando no Horário ou se perguntar a alguém (ao Serviço Informativo da Estação, por exemplo). Se me esquecer de uma palavra de nada me serve inventar uma palavra exclusiva (exceptuando-se os casos dos neologismos, por exemplo, mas em que tenho de ser capaz de o tornar público e de lhe dar um significado aceite).

A memória individual de um *utilizador* da linguagem nunca poderá ser instância de fundamentação. A própria linguagem faz parte de uma herança cultural, de uma memória colectiva e introduz o indivíduo em formas de ser e agir colectivas. A linguagem é sempre, de certa forma, exterior ao eu.

O mesmo se passa quanto às regras. O fundamento de que eu estou a seguir uma regra correctamente não pode estar em mim pois, se assim for, deixará de ter sentido estar ou não estar a seguir uma regra porque deixará de existir um critério exterior que me sirva de referencial. É que não basta julgar que estou a seguir correctamente uma regra para que isso seja um facto. Supondo que me esqueço da regra e começo a aplicar outra, sem critério exterior à minha crença, a relação entre a minha acção e a regra deixa de ser significativa. Tanto faz que aplique



uma regra como outra qualquer. Também aqui, não existe um seguir uma regra *privatum*.

Tal como posso encontrar sentidos diferentes para a mesma palavra, também as regras não determinam univocamente as acções uma vez que, *in limine*, toda a acção pode ser posta em acordo com inúmeras regras. Mas, é o carácter público das regras e das acções que estas regulam que me permite ter um critério, que pela sua natureza de critério tem que ser exterior à minha crença, vontade e pensamento.

Eu demonstro que compreendi a fórmula matemática de uma dada sucessão através da minha aplicação correcta da fórmula. Ao usar a fórmula vou encontrando os números da sucessão. Este meu comportamento faz com que eu próprio espere ser capaz de resolver a sucessão num qualquer ponto em que se encontre e, quando digo que “Já sei como é!” ou que “Já percebi como se faz!” não me refiro a um acontecimento mental instantâneo que senti na minha cabeça, apenas enuncio a minha crença de que apreendi a regra que regula aquele procedimento. E posso demonstrá-lo.

Tal como o verbo “compreender”, o verbo “saber” não tem aqui um uso cognitivista: ele é um padrão para a minha acção e é uma expressão da minha convicção. O meu comportamento passará a ser medido a partir dessa minha manifestação. Tal como quando tenho uma dor, o facto de dominar a técnica da linguagem permite-me substituir as reacções primárias de dor (como gemer, gritar, chorar) pela frase “Doi-me a cabeça”. É uma forma mais evoluida de exprimir aquela dor. Obviamente que posso mentir, posso simular uma dor que não tenho, mas para dar validade a essa afirmação, o meu comportamento tem que a confirmar (esta passará a ser a medida com que me examinarão) e, em todo o caso, é sempre possível que me descubram.

Estes exemplos, falam-nos de algo que nos é comum: um comportamento de seguidores de regras. As interpretações podem ser múltiplas mas elas baseam-se num conjunto de formas habituais de proceder. Quando aprendemos alguma coisa isso significa que nos inserimos num determinado padrão de comportamento que, com o tempo, se torna absolutamente natural. Sinal de que domino perfeitamente a técnica em causa. Mas não há, em nenhum destes processos, uma rigidez absoluta, mesmo que tenhamos a intenção de encontrar uma explicação mais segura: “*As nossas regras deixam portas abertas atrás de si*” (Zilhão,

1993: 174) e podemos fechá-las dentro de certos limites e de muitas maneiras diferentes.

5. Em suma, a nossa acção é caracterizada por determinados modos de proceder regulares, sem os quais seria impossível. Sem padrões e métodos de acção não conseguimos agir. O uso da linguagem não escapa a esta regra e é muitas vezes pelo uso da linguagem que se instituem tais padrões. Por isso, se só a regularidade nos permite discernir os usos pertinentes dos usos impertinentes é também a linguagem que funda esta possibilidade.

Para Wittgenstein é, de certa forma, esta anterioridade da linguagem que serve de argumento para a sua proposta de uma *Spatphilosophie*, uma Filosofia da Linguagem como investigação gramatical do uso das palavras, pois só se conhecermos os nossos métodos de representação/comunicação podemos ter uma noção da validade dos nossos conceitos científicos e o modo como operamos através deles. A investigação filosófica é anterior a qualquer progresso nas ciências naturais e deverá ter um papel de “terapia conceptual”.

Para Wittgenstein é na Gramática que se encontra a harmonia entre o pensamento e o mundo, não porque exista um qualquer isomorfismo mas porque é assim que vemos e pensamos o mundo. Também não existe só uma gramática, e nenhuma é mais verdadeira que outra. O que passa a interessar é a nossa capacidade de perceber os métodos próprios a cada gramática e, em última análise, descortinar o que *fazem* ao mundo. Por isso, para Wittgenstein, ao contrário de alguns antecessores, “*toda a filosofia se encontra numa gotinha de gramática*”.

Mas esta insistência na natureza gramatical das suas investigações deixa-nos alguma apreensão porque não encontramos nesta obra uma explicação do seu papel neste jogo que é a própria investigação sobre a linguagem, nem nenhuma definição do seu papel na Linguagem. Instância reguladora, fundamentadora da possibilidade dos usos? De facto, ela é diferente do Dicionário que faz equivaler certas palavras a certas outras. Equivalência só possível porque o uso instituiu determinados sentidos, cimentou regras, gramáticas. Seja como for, tudo indica que nestas gramáticas não caberá apenas as estruturas sintáctica e semântica de uma língua e que, em certos casos, é relevante fazer intervir critérios não verbais. É essa a nossa leitura da ideia de que a linguagem “*é uma*

*forma de vida*” entrelaçada com outras actividades, mas, que relativamente à Gramática Wittgenstein não esclarece.

Por isso, se é certo que com Wittgenstein passamos a olhar a linguagem como tal, a ideia de um estudo gramatical aponta para a existência de um núcleo de sentido mais ou menos constante que possibilita os usos e que é, pelo menos, se não lhe quisermos chamar “a essência”, a matéria daquilo que se aprende quando aprendemos a falar e a pensar.

E é, mais uma vez, na contribuição para esta tomada de consciência que o trabalho de Wittgenstein resulta mais eficaz. Embora não nos dê nenhuma classificação exaustiva do modo de funcionamento das supostas diversas gramáticas ou dos jogos que permitiriam (apesar dos seus inúmeros e interessantes exemplos) o que nos surge como o mais importante é ter-nos posto a pensar de outra maneira, de uma maneira mais consciente, obrigando-nos a ver a invisibilidade da nossa linguagem (“*Não penses, Olha!*”). De repente, começámos a jogar um outro jogo, com uma definição completamente nova das pertinências e impertinências, do que faz e do que não faz sentido para cada jogo.

Lisboa, Junho de 1995

## **Bibliografia**

WITTGENSTEIN, Ludwig, 1987, *Tratado Lógico Filosófico e Investigações Filosóficas*, Lisboa, Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, Trad. Portuguesa de M.S. Lourenço.

LOURENÇO, Manuel Santos, 1986, *Espontaneidade da Razão, A Analítica Conceptual da Refutação do Empirismo na Filosofia de Wittgenstein*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

ZILHÃO, António, 1993, *Linguagem da Filosofia e Filosofia da Linguagem: Estudos sobre Wittgenstein*, Lisboa, Edições Colibri.